

IGNACY SACHS: PERSPECTIVAS PARA SE COMPREENDER O IMAGINÁRIO A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO HUMANO.¹

ZAIRO CARLOS DA SILVA PINHEIRO²

CLAUDIA BARBOSA LOBO³

Existem práxis individuais e existem práxis sociais.
(Milton Santos, 1986: 71)

Até parece reeditarem o absurdo de mais se preocupar com o sapato do que com o pé ou de usar requinte no asseio das vestes sem atentar para a saúde do corpo. (Erasmus de Rotterdam, sd., aforismo nº 4)

RESUMO. Foi realizada variada análise para aquilo que se denomina Região Amazônica, mas muito pouco se realizou para entender essa lógica que deixa as 5 populações ao “deus dará”. Aquilo que se denomina ‘imaginário’ muito tem dessa lógica de colonização européia. A violência neste sentido deveria ser entendida como corolário desse imaginário Colonizador, e não como “instância” separada daquele. Este artigo tem como objetivo a reflexão a partir da obra de Ignacy Sachs, no que se refere à crítica ao ideal de desenvolvimento tecnicista sob o capital. Inicia-se do pressuposto que é necessário se voltar para o lado *humano* da região em questão, a *Amazônica*, tendo em vista que, nesses últimos 40 anos, houve um aumento de projetos não só governamentais, mas também privados e com perspectiva apenas de cunho técnico-econômico, e não de cunho humano (no sentido de priorizar o *querer* das pessoas envolvidas em tais projetos). Nossa análise é trazer para a discussão de ‘Imaginário, Violência’ uma parcial tentativa de um diálogo, para mostrar a importância das falas,

sentidos, gostos diferenciados e característicos, de qualquer posicionamento que leve em conta não só o fator tecnicista mas, principalmente, o fator “humanístico” social. Acreditamos que a análise a partir desse autor (Sachs) nos permite ter certo otimismo para se discutir os limites da moda regionalista.

Palavras-chave: Imaginário, Desenvolvimento Humano, Populações, Determinismo Econômico.

ABSTRACT. This article has as objective the reflection from the thought of Ignacy Sachs, referring to the critic about the ideal of technicist development under the capital. The article has as basis that it is necessary to turn toward the human side of the region mentioned, the Amazonian one, concerning that in these last 40 years, had an increase of social projects not only from the government, but also private, and the perspective of technician-economic matrix, not human matrix (emphasizing mainly the *will* of the involved people in such projects). This article is a partial attempt of a dialogue, to show the importance of speeches, senses, different and characteristic tastes of them, of any positioning that give the essential importance, not only the technicist factor, but mainly the “social humanistic” one.

KEYWORDS: Human development, “bad development”, technicism.

6

1. Por uma crítica ao desenvolvimento tecnicista

Só deveria haver para a nossa região amazônica, como talvez, para regiões tidas como de terceiro mundo, um tipo de perspectiva de desenvolvimento, o humano. Não dá para negligenciar a tecnologia da qual provém a empresa, a energia elétrica, o ar-condicionado, enfim, o conforto moderno. Não obstante, suportar uma técnica que se sobrepõe à vida de pessoas, antes, talvez utopicamente, seu papel *deverá*, e não sem luta árdua, ser na direção de coisas essenciais e de ganhos relativos ao avanço técnico, mas sem perda para os habitantes da *região*.

A *região* amazônica é vítima de vários projetos de mau-desenvolvimento, palavra que tomamos no sentido dado por Sachs (1986a, 1986b), de tornar difícil, não só um

desenvolvimento verdadeiro, mas de prolongar, impedir que num prazo breve isso venha a acontecer. O problema é grave porque o mau-desenvolvimento impede que um projeto voltado para o desenvolvimento humano se torne viável, tornando a tecnicidade favorita em vez da vida e do trabalho da pessoa; como viu Karl Marx (1975: 93) com relação ao trabalho, “Se este [o trabalho] puder ser executado pela maquinaria ou, mesmo, pela água ou pelo ar, tanto melhor.”. Observa-se que Marx não é contra o avanço técnico, apenas que o “trabalho abstrato”, isto é, o valor que uma mercadoria adquire a partir da troca, não seja sobreposto ao “trabalho concreto”, onde subsiste o valor de uso, não especulativo. Que esta conquista tecnológica não seja o fim em si, mas o meio para que o homem possa viver cada vez mais *plenamente* sua potencialidade criadora.

O tipo de desenvolvimento que procuramos enveredar neste artigo apóia-se em Sachs (1986b: 28), que comenta: “O próprio conceito de desenvolvimento pertence mais à esfera da ética do que da economia”. Eric Hobsbawm, na introdução à obra de Marx, *Formações Econômicas Pré-capitalistas*, escreve que “O desenvolvimento econômico não pode ser visto simplesmente como ‘crescimento econômico’” (Hobsbawm, 1975: 20). Tanto Hobsbawm quanto Sachs procuram outra maneira de desenvolvimento, que seja viável a liberdade do homem. Com relação a Sachs, a crítica⁷ não é feita à disciplina dos outros, mas à sua própria, a economia, que é identificada como a primeira a ter sua postura invertida, deixando de ser o centro para ser auxiliar desse humanismo implícito, uma vez que todos os projetos de desenvolvimento em maior ou menor grau tomam o humano como referência. Entretanto, um projeto de desenvolvimento que explicita a inserção do humano como centralidade ainda está por ser elaborado. Na mesma página ele prossegue, dizendo que esse desenvolvimento que tem o humano como centro, “...visa a libertação da personalidade humana, de todos os homens [...] e deveria apoiar-se, um dia, mais sobre o auto-controle das necessidades materiais pelo indivíduo [...], do que sobre um controle social do consumo” (Sachs, 1986b: 28). O “controle das necessidades materiais” é pré-requisito para que a “tecnicidade”, como razão instrumental e alienação, fique em segundo plano, dando lugar ao desenvolvimento humano, isto é, voltado para a vida das pessoas, e que esta não fique subordinada às “necessidades materiais”.

O jornal da Rede Globo do dia 10/06/04, mostrou (tendo como fonte o IBGE) em clima de entusiasmo, um crescimento interno bruto de 6,1%, mas sem se espantar porque a miséria está com alta taxa de crescimento! Apesar de o Brasil está entre os dez países mais ricos, os dados mostram que em 1960 os 20% tinham 54% das riquezas, e os 50% mais pobres possuíam 18%; já em 1990 a coisa piorou para os pobres (mas a economia cresceu!), 64% para os ricos e 11% para os pobres (IBGE, 1996). Sobre essa postura de imposição de padrões de vida, João de Jesus Paes Loureiro expõe: “Ao analisar esse problema do desenvolvimento, do Estado e suas repercussões sociais e econômicas, Violeta Loureiro esclarece que o “primeiro aspecto que se quer acentuar diz respeito à questão do padrão de vida das populações amazônicas que, sob a ação do modelo de desenvolvimento atual, vem decaindo gradativamente; de uma condição original de vida frugal, simples e rústica, o Homem amazônico se vê transplantado para uma situação de miséria urbana.” (Violeta Loureiro *apud* Loureiro, 1995: 105)”.

O conceito de desenvolvimento na obra de Sachs (1986a, 1986b) é sutil. É claro que toda a sua análise é fruto de mais de meio século de fracasso da teoria e técnica econômica, no que diz respeito à questão humana, porque os ricos continuam cada vez mais ricos. E é justamente aí que está toda a questão que clareia os textos de Sachs;⁸ — noutras palavras, as coisas estão como invertidas, e o pior, tal situação tornou-se a regra normal. As propostas desse economista soam como tentativas de (*des*) inverter essa situação quando fala: “A ciência foi, de fato, reduzida ao papel de tecnologia industrial e o mito do progresso impede que se pense o futuro em termos que não sejam de acumulação de ‘doses repetidas’ ” (Sachs, 1986b: 21). O humano, as liberdades (no sentido do múltiplo) deveriam ser o fim único visado. Estamos longe de tal concepção. Quando Marx articula riqueza e desenvolvimento está observando o quanto há de precariedade nesse humanismo nascido com a burguesia, ao falar: “Na verdade, entretanto, quando despida de sua estreita forma burguesa, o que é a riqueza, senão a totalidade das necessidades, capacidades, prazeres, potencialidades produtoras, etc., dos indivíduos, adquirida no intercâmbio universal? O que é [a riqueza], senão o pleno desenvolvimento do controle humano sobre as forças naturais –

tanto as suas próprias quanto às da chamada “natureza”?” (Marx, 1975: 80). Nestas colocações se encontra o que entendemos por questão humana.

Desenvolver para Marx é ir contra o “natural”, e aí tanto faz ser a *physis* (natureza, à maneira grega clássica), ou a mimese do trabalho sob o capital, que visa sempre a mecanização e “separação” do homem frente ao que procura realizar, tanto em casa quanto fora. A falta de uma totalidade (necessidades ilimitadas de praticar o humano) é fruto dessa separação, não causada pelo capital, mas apropriada e dominada por ele. A respeito do humano, Marx, que é atual nessa questão da inversão, em que critica esse tipo de desenvolvimento que a sociedade capitalista procura camuflar quando diz: “Na economia política burguesa – e na época de produção que lhe corresponde – este completo desenvolvimento das potencialidades humanas aparece como uma total alienação, como destruição de todos os objetivos unilaterais determinados, como sacrifício do fim em si mesmo em proveito de forças que lhe são externas.” (Idem, p. 81). Essa passagem de Marx soa como uma profecia e de mau agouro, porque os projetos de Desenvolvimento para a Amazônia são concebidos por interesses externos e visam o lucro estabelecido pelo trabalho abstrato, e não pelo trabalho concreto desenvolvido por essas populações tradicionais.

Esse problema vem sendo apontado inclusive pelo economista-chefe porta-voz⁹ das “forças externas” do Banco Mundial, o Sr. Stern, citado e elogiado por Bernardo Kliksberg (2001: 39) afirmando sobre a participação dos dominados na formulação do desenvolvimento: “Ao longo do mundo, a participação funciona: [...] As reformas dos países são muito mais efetivas se forem geradas no país e dirigidas pelo país. A participação é prática e poderosa.”. Essa é a mesma idéia proposta pelo que Sachs chama de “desenvolvimento endógeno”. Essa postura do Banco Mundial, que sempre foi adverso a população latino-americana, é a instrumentalização do belo, mas não passa disso. Muito menos os planos do Estado brasileiro, como o PIN (Plano de Integração Nacional, criado em 1970), o RADAM (Projeto Radar da Amazônia, também de 1970), e o CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, de 1969), todos voltados para um tipo de desenvolvimento que interessa ao grande capital, deixando as diversas culturas na Amazônia à mercê da própria sorte e da exploração sem freio de grupos que só visam o lucro, além de não o reinvestirem produtivamente na região. A

situação de êxodo rural, cada vez mais crescente, é consequência dessa postura governamental que maximiza o desenvolvimento empresarial, técnico, e minimiza a vida simples e comunitária, como observou Violeta Loureiro (Loureiro, 1995).

Somos levados a pensar assim, por imposição das múltiplas sutilezas do “homem amazônico”, porque como expõe Loureiro, indicando as características da cultura Amazônica, “Analisando-se a cultura amazônica [...] depara-se com um verdadeiro universo povoado de seres, signos, fatos, atitudes que podem indicar múltiplas possibilidades de análises e interpretações” (Loureiro, 1995: 68).

Os grandes projetos para a região amazônica são a aplicação de modelos de desenvolvimento concebidos para outras regiões. Isto não quer dizer que copiar seja ruim em si mesmo. Entretanto, Sachs (1986: 31) nos apresenta as características do perigo mimético: primeiro, a tendência a tomar a Europa como ponto de referência. Segundo, uma noção estreita de desenvolvimento, visto que crescimento econômico se sobreporia à qualidade de vida e civilização; e terceiro, o feudo disciplinar acadêmico, que fala muito em interdisciplinaridade, mas continua operando de forma estanque e circunscrita às suas áreas disciplinares. Nesse ponto, parece se aproximar de Roland Barthes, para quem, só há interdisciplinaridade quando se cria um objeto que não pertença a nenhuma disciplina em particular, inclusivamente onde seus papeis teriam¹⁰ que ser questionados.

A crítica já realizada ao modelo de desenvolvimento orientado apenas para o exógeno (e a algum *lugar* que não esteja sendo monitorado por ele?!), nos permite descrever de projetos que não visem a “liberdade regional” do humano, sem o qual, tal debate sobre a cultura amazônica e sua subordinação aos modelos exógenos se tornam frágeis, o global engole o local, mas mesmo assim se deve resistir a partir do que mostram as populações da mata.

A perspectiva em desenvolvimento regional que não leve em conta a vida íntima (como Gaston Bachelard expressou) das pessoas, suas sutilezas, sonhos, devaneios, e principalmente o direito de colocá-los em prática, precisa ser superada. Os projetos técnicos que não levem em conta as historicidades relativas, aos tempos do lugar, aos ritmos do cotidiano dessas populações deixadas ao acaso precisam ser questionados. Sachs fala de uma simbiose entre homem e terra, mas implicitamente deixa crer que é

preciso uma interpenetração, um quiasmo (Loureiro, 1995) urgente entre homem e liberdade. Como isto poderá ser realizada é a questão que precisa ser pensada com sutileza.

O epíteto de “preguiçoso”, que implica indiretamente sobre o tempo não mercantil desse “homem amazônico”, se referindo ao caboclo ou ao “índio”, foi-lhes imposto por questão de incompreensão frente a esse ritmo social que muda sempre, e não só com relação ao espaço: cidade, vila, mas também, de pessoa para pessoa. Nesse sentido, não poderia haver projeto para uma cidade, sem antes observar seus ritmos individualizados.

2. O tempo da vida humana em diferença

Pensando nessa sutileza do ritmo de cada comunidade foi que Sachs propôs o conceito de tempos-espacos, em depreciação aos espacos-tempos: “Ao proceder assim se estará reconhecendo o primado dos homens que modelam a sua própria história *aberta*, dando-se ao elemento geográfico e ecológico uma interpretação possibilista” (Sachs, 1986b: 46). A categoria de tempo sempre deve ser levada em conta primeiro, porque a individualidade é temporal, cada tempo é um tempo peculiar, que não se¹¹ confunde com o tempo do relógio, mecânico, reduzível, o tempo do trabalho industrial. A temporalidade das pessoas é inapreensível, “o tempo não se deixa ver, tocar, ouvir, saborear nem respirar como um odor” (Norbert Elias, 1998: 7). E quem se propõe a compreender o humano das populações amazônicas, deve-se levar em conta suas temporalidades, que facilita o entendimento desse espaco que se procura estudar. Quando se fala Amazônia se acredita referir-se à temporalidade homogênea, quando na verdade, é um engodo pensar assim, se pelo contrário não levar em conta as diferenciações das pessoas envolvidas no projeto que se procura desenvolver.

Para o grande capital não existe fronteira (aliás, quando essa fronteira é móvel), por isto não se pensa no tempo (a não ser o de ganhar mais dinheiro), e sim no espaco em si, que é diferente do espaco humano (pois o espaco não existe sem o homem), das relações sociais em totalidade. Onde é possível adquirir lucro não se medem esforços. Para tal, vemos a teoria de Sachs menos como proposta propriamente dita que como

crítica a essa perda de um tipo de humano. Nesse sentido, cabe aqui, uma fala de René Guénon (1993: 3) que no livro *O Símbolo da Ciência Sagrada*, faz comentário símile,

A civilização moderna aparece na história como uma verdadeira anomalia: de todas que conhecemos, é a única que se desenvolveu num sentido puramente material, e também a única que não se apóia em qualquer princípio de ordem superior. Este desenvolvimento material, que vem já de vários séculos, e que se vai acelerando cada vez mais, tem sido acompanhado de uma regressão intelectual totalmente incapaz de ser compensada.

A corrida por um desenvolvimento material avassalador (se um sapato é descartável ainda bom, um corpo também pode), de bens de consumo, principalmente bélico, é o eixo de nosso imaginário ocidental? Guénon indica dois movimentos, que para ele são sinônimos, o racionalismo e o sentimentalismo, derivados ambos da razão de Descartes. Para Guénon (1993), ainda, a verdade, qualquer que seja ela, não tem mais sentido num mundo dominado ou por aspirações materiais ou por sentimentais.

Para Merleau-Ponty (2000: 25),

O verdadeiro não é nem a coisa que vejo, nem também o outro homem¹² que vejo com meus olhos, [...] O verdadeiro é o *objetivo*, o que logrei determinar pela medida ou, mais geralmente, pelas *operações* autorizadas pelas variáveis ou entidades por mim definidas [...] 'em si mesmas'. O verdadeiro de um projeto em desenvolvimento tem que ser submetido à vida das pessoas e nesta especificidade encontra-se o verdadeiro, não nele em si.

Guy Hermet tem como proposta uma espécie de “conciliação dos objetivos econômicos legítimos das instituições de ajuda ao desenvolvimento com um princípio “humanista” de respeito àqueles a quem é destinada tal ajuda” (Hermet, 2002:16). Mas para isso é preciso uma mudança radical, onde o humano fique em primeiro plano.

Em Sachs tudo é arrastado para o diverso, desde o campo até a cidade, considera os estilos de vida, enfim, tudo o que diz respeito a uma perspectiva de desenvolvimento e planejamento. “De fato,” diz ele, “uma cidade que não comporte a diversidade só pode ser uma cidade repressiva.” (Sachs, 1986: 65). Mas, logo em seguida, percebe que a diversidade não significa liberdade, e é para isto que deveria

voltar-se os olhos da crítica. Ele usa o conceito marionete social, citando Zijderveld, para quem o indivíduo moderno, filho do clima industrial pensa em ser livre, quando é apenas um títere.

Só há liberdade (não burguesa, comercial) em diálogo. Em consequência só há humano em autonomia, naquilo que Sachs chama de endógeno (não no sentido ingênuo de nicho ecológico), mas na possibilidade de ser a vida da pessoa como de uma coletividade, com pleno domínio de seu *destino*. O problema não é de negar o capital, a ciência, a tecnologia propriamente dita, mas torná-las a serviço desse humano que se perde nessa inversão de valores. Exemplo disso, é que sabemos que existem 2/3 da população brasileira vivendo abaixo da linha de pobreza, e, no entanto, a cada dia cresce o número de lavouras de soja, e criação de bovinos, todas ligadas diretamente à exportação, e como consequência, diminui a rizicultura. O crescimento desses dois setores primário poupadores de mão de obra, deprime a qualidade de vida das pessoas? Não se sabe com exatidão porque a “sociabilidade do homem simples” (termo na dimensão que deu José de Souza Martins) é grande demais! A Amazônia corre sério risco, porque cada vez mais se incentiva a monocultura de exportação, que causa um desmatamento devastador (campo de luta ingênua de ecologismo capenga) assim como diminui o feijão e o arroz das famílias, começando pelas famílias¹³ *camponesas*. Limitar tais atividades, não é ser retrógrado, mas ter “auto-controle sobre nossas necessidades e desejos ...” (Sachs, 1986b: 58).

Aristóteles na *Política* já compreendia que a ciência econômica era bela porque se diferenciava do comércio. O destino para o qual fora criada, a primeira, era para que o ser político possa *viver bem*, e não só *viver*, que é o objetivo da segunda. O homem grego (o cidadão que também explorava, perde poder quando o comércio suplanta a vida dessa nobreza) não desconhecia o lucro, o comércio ou negava a riqueza ou a troca, mas para o nobre grego (e esse era nobre por não colocar o *viver* na frente do *bem viver*) o importante era o humano na frente de tais atitudes egoístas e degenerativas. A atitude avara da economia moderna, nesse sentido já estava prevista pelo grego que lutava para resistir a tal atitude tão em voga nos dias de hoje e presente naquele tempo também. A questão não é de voltar à atitude grega, mas de termos *possibilidade* para que o humano tenha pelo menos a possibilidade de resistências

frente a sua completa massificação e falta de controle desses mecanismos de alienação.

Essa necessidade humana fundamental tem como lógica o controle sobre a situação em questão. Mas como mudar se a lógica é a do grande capital? Como no atual estado de coisas, pode haver brecha para “um esforço para determinar os conteúdos concretos do crescimento em função dos objetivos sociais desejados e, conseqüentemente, criação de condições favoráveis a um movimento de auto-organização da base, com vistas ao desenvolvimento.”? (Idem, p. 59).

A proposta de desenvolvimento humano nos leva as pessoas concretas vivendo concretamente suas vidas, num sentido dado pelo conceito de desenvolvimento *endógeno* (Sachs, 1986b). Para realizar projetos de desenvolvimento é preciso antes se voltar para o lado histórico/antropológico do conhecimento como indica Sachs, do que para a tecnicidade, no sentido de “balanço contábil”, como alerta Hermet (2002) sobre o objetivo das empresas. E se no início de seu livro, que é o eixo de nosso interesse aqui, *Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento*, Sachs atenua o poder do econômico em relação ao humano, consolida o humano e o direciona ao dizer que é “para o historiador que pratica a história integral ciência e arte, que o especialista em desenvolvimento deve voltar-se, se quiser aprender a levantar as questões certas e¹⁴ tentar encontrar o início de respostas concretas” (Sachs, 1986b: 80), acrescentaríamos o geógrafo humano, que neste estágio está mais apto que o historiador para novos horizontes de pesquisa, pois o primeiro está preso ao *fato* objetificado. A História e a Geografia são categorias humanas por isto a dimensão humana deve prevalecer em todo o processo de conhecimento da Amazônia. Paul Thompson (1998: 20) já denunciava: “Há acadêmicos que continuam fazendo pesquisa factual [...] evitando qualquer envolvimento [...] insistindo na busca do conhecimento pelo conhecimento”. Desenvolvimento e história para Sachs se tornam uno, devido ao fato de que a história é humana e deveria dar sentido a qualquer desenvolvimento, seja ele técnico ou não, a questão não é a História acadêmica, mas a vida como a História viva. No sentido acadêmico, a Geografia é muito mais humana porque enveredando pelo interdisciplinar enquanto a História, presa ao factual, perdeu terreno na compreensão do novo. O

tempo e o espaço são as dimensões da sociedade, não como homogeneidade, mas como diferenciação. Não há um tempo único, assim como não há espaço *vazio*.

3. Desenvolvimento e populações amazônicas: pontos de atritos

Procuramos indicar uma questão: unir aquilo que Sachs entende por Desenvolvimento Humano com o que entendemos como Cultura, Populações Amazônicas e Sustentabilidade é de fundamental importância, não tanto para a Geografia enquanto disciplina, mas para as pessoas que vivem de alguma maneira nos confins da Amazônia. A questão não é só acadêmica, mas de vida. O problema é de resistência também; de que maneira vivem e sentem tais populações, sejam elas “indígenas” ou de pequenas vilas embrenhadas na floresta e, como o pesquisador o percebe isoladamente do que chama de sujeitos, o problema também é metodológico.

Falar de Cultura e Populações não deve ser fruto de preconceitos de método, mas de encarar o outro em sua dimensão ficcional e sensível, é esquecer o projeto e ir a campo para uma entrega pessoal e de riscos. É só no atrito que o resultado aparece em sua dimensão real. Não se deve pesquisar como os órgãos governamentais fazem, montando um projeto e impondo ao campo de pesquisa, a vila tal, ou tribo tal. O grande¹⁵ desafio pra a linha de pesquisa ‘Populações Amazônicas’ é contradizer o fácil, o óbvio, qual seja, que na floresta vivem os “povos da floresta”, como se “floresta” fosse um conceito sentido homogeneamente por todos os que vivem na floresta! Há como que um medo ingênuo pelo subjetivo, como se este colocasse em risco a ciência. Pelo contrário, o subjetivo é o enfrentamento do diferente em sua singularidade, e não, como se acredita, que seja negação do coletivo, concepção fruto de marxismos vulgares. E não por acaso que Max Weber (2006: 51) diz que “O espírito do capitalismo, [...] teve de lutar por sua supremacia contra um mundo inteiro de forças hostis”, que nada mais é que as diferenças não só de coletividades, mas toda sorte de pensamento diversificado e contrário a lógica da coletividade de um mesmo segmento social.

E Jean Kessler no belíssimo prefácio a *Miséria da Filosofia* de Karl Marx (2007: 32), cita uma reflexão deste que comenta “O grande defeito de todo o materialismo passado é que a coisa concreta, o real, o sensível não é nele apreendido senão sob a

forma de *objeto* ou de *intuição*, não como atividade humana sensível, não como *prática*; nem subjetivamente”. Esta citação de Marx se encontra na Ideologia Alemã que Kessler resgata para desmistificar a concepção vulgar de que Marx não visava o indivíduo e nem o subjetivo. Pelo contrário, o individual é o grande lema é pedra no sapato do capital, que é a luta contra qualquer diferença que ponha em risco sua vontade de uniformização humana, que é o mesmo que deformação humanitária.

Os pontos de atritos já estão postos por pesquisadores de populações amazônicas, que primam pelo caráter da diferença, isto é, são contra a idéia de que na Amazônia se vive e se pensa de igual maneira, demonstrando que projetos governamentais ou acadêmicos, privados, etc., não se justificam a não ser levando-se em conta as diferenças como fator primordial. A pesquisa que nos referimos é a realizada por Nilson Santos (2002: 23) intitulada *Seringueiros da Amazônia: Sobreviventes da Fartura*, onde questiona o lado pseudocientífico de pesquisas quando comenta que

Há outra categoria de textos produzidos sobre **os povos da floresta** (denominação geral que, mais uma vez rotula todos os que vivem na mata sob mesma denominação, sugerindo identidade comum a **seringueiros, índios, ribeirinhos, pequenos produtores** agrícolas, **madeireiros, garimpeiros**, e outros grupos que habitam na mata).¹⁶

A grande contribuição de Santos é de desdizer o dito objetificado a gerações que encaram tais populações com uma instrumentalização mecânica e fria.

Criar atritos é a função da ciência, e não rotular categorias sem antes ir até elas e ouvi-las e depois perguntar; se faz justamente o contrário, pergunta-se a tais pessoas e depois procura ouvi-las. O desafio para a Geografia Humana na Região Norte é este, o de enfrentar aquilo que se denomina de População Amazônia e depois, a partir de tais populações, dizer o que elas querem que se digam e como elas preferem que se mostrem, e não estereotipar antes tais comunidades como se tem feito muitas vezes. Sem meias palavras, é falácia se pensar em desenvolvimento da Amazônia sem levar em conta antes tais populações vivas.

4. Populações amazônicas e sustentabilidade: possibilidades de resistências

Fica claro que o pensamento industrial, resultante do capitalismo, fracassou enquanto projeto humano, e não enquanto econômico, se tornando necessário dar voz aos “vencidos”, pelo menos para quem trabalha procura entender pessoas, e não o solo, a água de lagos, etc. O científico-industrial conseguiu levar o homem à lua, ao conforto e ao bem-estar, a escolarização, à promessa de que daqui a um tempo todos saberão ler e escrever (conquistas interessantes), entretanto, sabe-se que a sociedade brasileira nunca teve tantos diplomas secundários e universitários, mas também nunca teve filas tão grandes de desempregados e miseráveis! Inspirando tal vez tais palavras da escola de Frankfurt:

O aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo se vê completamente anulado em face dos poderes econômicos. [...] A elevação do padrão de vida das classes inferiores, materialmente considerável e socialmente lastimável, reflete-se na difusão hipócrita do espírito (Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, 1985: 14).

Esta constatação acima reflete, apesar do pessimismo teórico, que o aumento da ¹⁷ produtividade econômica não abarca a dimensão humana, mas tão somente os bens da indústria, é o que torna as pessoas como que dependentes, mesmo possuindo tais bens de consumos, de modelos puramente técnicos idealizados pela indústria capitalista. Mas tal questionamento deixa de ver as possibilidades da resistência e diferenças do “homem simples”, que pensa e sente diferentemente do homem de massa. A possibilidade de mudança está naquele e não neste. Mas vivenciando os horrores das Guerras, a Escola de Frankfurt, apesar de contribuir para a análise da cultura individual e subjetiva, não era capaz de ver saídas: nem o próprio Walter Benjamin o mais humano de toda a escola, pois previa a morte do narrador, e quantos narradores não temos na Amazônia! E se um dia morrer o narrador, não se poderá mais falar nem em sociedade humana, e se denominar outro nome para tal sociedade, mais aí já é outra sociedade, e não mais a criticada por Benjamin.

Não há uma realidade rígida nem para uma coletividade, muito menos para o indivíduo, situação não levada em conta pelo mercado capitalista, para quem tudo deve ser reduzido às exigências do mercado. Não obstante, existe em cada indivíduo uma espécie de esquema o qual, Karl G. Jung chamou de processo de individuação. Von Franz (Jung, sd.), diz que “é inútil olharmos furtivamente para ver como qualquer outra pessoa vai realizando o seu processo de desenvolvimento porque cada um de nós tem uma maneira particular de auto-realização”. Tal dificuldade na lida com o humano fica mais nítida quando afirma: “Apesar de muitos problemas humanos serem semelhantes eles nunca são perfeitamente idênticos.” (idem: 164). Para esse dilema Sachs propõe o conceito “antropologia do cotidiano”. Então, antropologia, História viva, Geografia e desenvolvimento se completam nessa postura que o interesse se volta plenamente “[para] saber como as pessoas enfrentam suas crises cotidianas” (Sachs, 1986b: 111). Essa mudança que caminha do teor técnico-econômico para a abordagem antropológica, que não passa de um tipo de desenvolvimento humano, foi enfatizada por Edgard Assis de Carvalho, na Introdução a obra sobre Maurice Godelier:

Afastado das concepções formalistas, que pretendiam a universalidade do comportamento econômico e do substantivismo empirista de K. 18 Polanyi, G. Dalton e outros, o econômico ganha nova significação não só porque se define como produção, repartição e consumo de bens materiais, [...] mas como domínio de atividades particulares e aspecto particular de todas as atividades humanas que constituem a totalidade da vida social” (Carvalho, 1981: 8).

O particular é de fundamental importância porque visa o que o macro não dá conta. Isto é, no individual se encontra a diferença e a resistência, isso como já se disse, não é contra a “totalidade”, sim que o todo sem as parte não existe, e com a parte o todo se torna mais compreendido. Não tem sentido se pensar em *sustentabilidade* para a Amazônia se as diferenças não só entre pessoas (modo de ver e sentir o mundo), como entre grupos não for levantada seriamente. Pensa-se geralmente no coletivo como sendo estranho ao individual, mas é justamente o contrário. O coletivo só é compreendido se o indivíduo for levado em conta. É claro, para o capital, pensar as diferenças beira a loucura, devido que, este quer minimizar custo e maximizar lucro. Mas para quem faz ciência, o individual deve sempre ser

levantado primeiro para que o todo seja estudado com mais compreensão. E Milton Santos (1986: 128) ao afirmar que “a *realidade* de uma cidade, de um campo cultivado, de uma rua, é *a mesma para todos os indivíduos*. [e que] É a realidade de cada indivíduo que o autoriza e o leva a ver as coisas sob um ângulo particular”, demonstra que se deve levar em conta as diferenças pessoas, não causando com isto uma interpretação subjetivista, mas sim, dando ao *objetivo* sua parte necessária de entendimento.

O que indicamos até aqui como valorização humana é o individual enquanto diferenças, e não um *contra* o coletivo, ou frente ao coletivo, mas as diferenças como encontradas individualmente. Esse enfoque poderá ser útil pra compreendermos as atrocidades de projetos impostos de cima para baixo como se na região amazônica fosse um campo vazio/homogênea em que o projeto “x” resolvesse ou devolvesse a sustentabilidade a tais segmentos sociais. A nossa perspectiva é de “escutar” antes de “perguntar”.

NOTAS

19

1 Ignacy Sachs é economista nascido em Varsóvia em 1927, e tem promovido estudos sobre o Brasil contemporâneo.

2 Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

3Professora Depto. De História Faculdades Integradas de Ariquemes – FIAR

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, W. Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

_____. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1997.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CARVALHO, Edgard de Assis (org.). **Godelier: antropologia**. São Paulo: Ática, 1981.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FRANZON, Pedro. **A reconversão de extrativistas em colonos (Reserva Rio Ouro Preto/RO)**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Rondônia, 2004.

GUÉNON, René. **Os símbolos da ciência sagrada**. São Paulo: Pensamento, 1993.

_____. **A grande tríade**. São Paulo: Pensamento, 1993.

HERMET, Guy. **Cultura & desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

JUNG, Carl Gustav. **O homem e seus símbolos**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, sd.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. São Paulo,: Companhia de letras, 1999.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. Belém: Cejup, 1995

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Vol. 3, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MORAES, Marieta de. **História oral**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

20

_____. **O visível e o invisível**. 4ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2000.

ROTTERDAM, Erasmo de. **De Pueris (Dos Meninos)**. São Paulo: Escala, sd.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 3ª ed., São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Nilson. **Seringueiros da Amazônia: Sobreviventes da Fartura**. Tese, USP – 2002. Mimeo.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986a.

_____. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986b.

SILVA, Juremir Machado da. **As tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2006.